

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

EDELAINÉ MEDEIROS DE SOUSA SILVA

ACESSIBILIDADE FÍSICA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA

Goiânia
2014

EDELAINÉ MEDEIROS DE SOUSA SILVA

ACESSIBILIDADE FÍSICA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação - FIC, da Universidade Federal de Goiás - UFG, para a obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia.

Área de concentração: Acessibilidade física

Orientadora: Prof. Dra. Suely Henrique Gomes

Goiânia
2014

EDELAINÉ MEDEIROS DE SOUSA SILVA

ACESSIBILIDADE FÍSICA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE GOIÂNIA

Trabalho de Conclusão de Curso defendido no Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Bacharel, aprovado em ____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes profissionais:

Professora Dr.^a Suely Henrique Gomes - FIC/UFG
Orientadora

Professora Martha Izabel de Souza Duarte - FIC/UFG
Convidada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silv586a

Silva, Edelaine Medeiros de Sousa
Acessibilidade física das bibliotecas públicas de Goiânia
[manuscrito]/ Edelaine Medeiros de Sousa Silva. – Goiânia,
2014.
53 p. il.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Suely Henrique Gomes
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Faculdade
de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de
Goiás, 2014.

1. Acessibilidade física. 2. Bibliotecas públicas. 3. Norma
brasileira. II. Título.

CDU:027.6

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que sustentou minha caminhada, me deu forças e ânimo para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao meu amado esposo pelo amor, carinho, apoio, incentivo e compreensão em todos os momentos.

Aos meus pais pelo amor incondicional, apoio e incentivo.

Aos meus irmãos e sobrinhos pela ajuda e apoio.

A todos os familiares e amigos que me ajudaram nesta jornada.

A todos os professores pela dedicação e paciência em nos ensinar.

A minha orientadora Suely Henrique Gomes pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço aos colegas de classe, em especial aos mais chegados, pela amizade e incentivo.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de analisar as condições de acessibilidade dos prédios das bibliotecas públicas de Goiânia. Como base para desenvolver o estudo, utilizou-se da norma técnica brasileira NBR 9050:2004, criada para garantir o acesso adequado as pessoas portadoras de deficiência física aos edifícios e instalações de uso público. Para o desenvolvimento deste trabalho, foram coletadas informações *in locus* nas três bibliotecas através de um roteiro com os critérios a serem analisados. Os dados coletados possibilitaram a produção do diagnóstico da atual situação da acessibilidade ao espaço físico das bibliotecas. Foi possível constatar que as bibliotecas analisadas ainda precisam se adequar às normas de acessibilidade para que seja garantido o acesso do portador de deficiência física ou mobilidade reduzida às suas dependências.

Palavras-chaves: Biblioteca Pública. Acessibilidade Física. Bibliotecas Públicas-Goiânia – Acessibilidade Física.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the conditions of accessibility of buildings of public libraries in Goiania. As a basis to develop the study, we used the technical standard NBR 9050:2004, created to ensure adequate access for people with physical disabilities to buildings and facilities for public use. For the development of this study, information was collected in locus in three libraries through a roadmap with the criteria to be analyzed. The collected data have enabled the production of the diagnosis of the current situation of the accessibility of the physical space of the library. It was noted that the libraries analyzed still need to suit the accessibility standards to ensure the access of the bearer of physical disability or reduced mobility to its dependencies.

Key words: Public Library. Physical Accessibility. Public Libraries - Goiania - accessibility.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Estantes em bibliotecas	27
Figura 2: Símbolo Internacional de Acesso	29
Quadro 1 - Distância entre as estantes de livros da biblioteca	34
Quadro 2 - Espaço para a manobra da cadeira de rodas na biblioteca	36
Quadro 3 - Corrimãos em escadas e rampas da biblioteca	37
Quadro 4 - Rota acessível no percurso estacionamento / entradas principais	38
Quadro 5 - Sinalização de entradas acessíveis na biblioteca	39
Quadro 6 - As portas tem um vão livre de no mínimo 0,80m e altura de 2,10m	39
Quadro 7 - Degraus nas portas de entradas	40
Quadro 8 - Faixas guias táteis e pisos antiderrapantes	41
Quadro 9 - Elevador de acesso	41
Quadro 10 - Sinalização direcional	42
Quadro 11 - Sinalização tátil em Braille e em relevo nos corrimãos de escadas e rampas	43
Quadro 12 - Sinalização de emergência	43
Quadro 13 - Sanitários acessíveis	44
Quadro 14 - Relação geral dos quesitos analisados	46

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Biblioteca A/ Estantes	35
Imagem 2- Biblioteca B/ Estantes	35
Imagem 3- Biblioteca C/ Estantes	36
Imagem 4- Biblioteca B/ Corrimãos	37
Imagem 5- Biblioteca C/ Corrimãos	38
Imagem 6- Biblioteca B/ Degraus	40
Imagem 7- Biblioteca B/ Elevador	42
Imagem 8- Biblioteca A/ Sanitários	44
Imagem 9- Biblioteca B/ Sanitários	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

DB - Decibéis

BPMG - Biblioteca Pública Municipal de Goiânia

BMMTM- Biblioteca Municipal Marietta Telles Machado

FBN - Fundação Biblioteca Nacional

INL - Instituto Nacional do Livro

ISBN - International Standard Book Number

MinC - Ministério da Cultura

NBR - Norma Brasileira

SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 JUSTIFICATIVA.....	12
3 QUESTÃO PROBLEMA.....	13
4 OBJETIVOS.....	14
4.1 OBJETIVO GERAL.....	14
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
5 HIPÓTESES.....	15
6 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
6.1 BIBLIOTECAS ASPECTOS CONCEITUAIS.....	16
6.2 BIBLIOTECA PÚBLICA.....	18
6.2.1 Aspectos históricos das bibliotecas públicas.....	18
6.2.2 Biblioteca pública no Brasil.....	19
6.2.3 Biblioteca pública em Goiânia.....	21
7 ACESSIBILIDADE FÍSICA.....	23
7.1 NORMAS TÉCNICAS PARA A GARANTIA DA ACESSIBILIDADE.....	25
8 ACESSIBILIDADE E BIBLIOTECAS.....	27
8.1 ESTANTES.....	27
8.2 COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO.....	28
8.3 SÍMBOLOS.....	28
8.4 ACESSOS E CIRCULAÇÃO.....	29
8.5 SANITÁRIOS.....	31
9 METODOLOGIA.....	32
9.1 QUANTO AO TIPO DE PESQUISA.....	32
9.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
9.2.1 Coleta de dados.....	32
10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	34
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE.....	51

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é uma das questões centrais para a qualidade de vida e o absoluto exercício da cidadania pelas pessoas portadoras de deficiências.

A biblioteca, por ser o lugar que deve haver a democratização da informação, está cumprindo seu papel? O direito a informação é constitucional, mas será que os usuários que são portadores de alguma deficiência estão tendo acesso à informação sem barreiras ou obstáculos?

Para prover a informação, é preciso retirar todas as barreiras que impeçam as pessoas com deficiência de participar, de forma efetiva, de todos os serviços e produtos que a biblioteca oferece.

Dentro do universo das deficiências, o portador de deficiência física é uma das pessoas mais fortemente penalizadas pela falta de acessibilidade do espaço urbano e edificado. Os ambientes construídos ainda não estão adaptados para garantir a sua livre passagem.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, é a que estabelece normas e critérios para que seja promovida a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, eliminando as barreiras e obstáculos nas vias públicas, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Assim, normas técnicas também foram criadas para garantir o livre acesso à pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

O termo deficiência é apresentado pela Norma NBR 9050:2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT “Deficiência: Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente”.

A Norma NBR 9050:2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT é a que prevê a acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.

Com auxílio desta norma, analisou-se a atual situação dos prédios das bibliotecas públicas de Goiânia.

Fizeram parte da pesquisa as duas bibliotecas municipais e uma estadual de Goiânia são elas: Biblioteca Municipal Marietta Telles Machado; Biblioteca Municipal Cora Coralina e Biblioteca Estadual Pio Vargas.

Foram levantadas informações na revisão de literatura e a partir do modelo de questionário elaborado por EMMANUELLI (2009), foi criado um roteiro para analisar a acessibilidade física das bibliotecas públicas de Goiânia e após a tabulação e análise dos dados.

Este trabalho teve o objetivo de mostrar a atual realidade das bibliotecas públicas de Goiânia no que tange a acessibilidade, e também quais os pontos que precisam ser melhorados para que sejam eliminadas as barreiras e os obstáculos para o livre exercício da cidadania das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

2 JUSTIFICATIVA

A biblioteca pública tem um papel importante na sociedade, pois, é através dela que a comunidade de um determinado lugar pode ter acesso a informação.

A biblioteca pública disponibiliza informações gerais sobre diversos assuntos visando igualdade de acesso a todos.

Segundo o Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas de 1994, os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos baseando-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc.

O acesso à informação é um direito constitucional, mas será que ela está acessível a todos? A falta de acessibilidade em alguns lugares pode levar a pessoa com deficiência a se sentir excluída.

A biblioteca pública, sendo uma instituição que tem o papel de fornecer informação aos seus usuários, tem cumprido o seu papel?

Assim, a biblioteca deve oferecer a acessibilidade física aos usuários portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida para que seja promovida a integração dos mesmos.

Reconhecendo a dificuldade do usuário portador de deficiência ou com mobilidade reduzida em seu deslocamento na unidade de informação, deve-se pensar em criar soluções para que os obstáculos e as barreiras sejam retiradas para um livre acesso desses usuários.

De acordo com Ferrés, 2006, para que uma sociedade seja mais inclusiva, é preciso reconhecer e valorizar as diferenças entre as pessoas e é importante que tenham propostas de acessibilidade para a promoção de qualidade de vida.

Assim, este trabalho propõe analisar a atual situação dos prédios das bibliotecas públicas municipais e estaduais de Goiânia, verificando se estão de acordo com os padrões de acessibilidade ou se precisam se adaptar no que diz respeito a mesma.

3 QUESTÃO PROBLEMA

Os prédios das bibliotecas públicas (municipais e estaduais), localizadas na cidade de Goiânia, estão adequados para dar acesso às pessoas / usuários com dificuldade de locomoção, sejam elas visuais ou físicas?

4 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho se dividiram em geral e específicos.

4.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar as condições de acessibilidade dos prédios das bibliotecas públicas de Goiânia.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar as atuais condições de acessibilidade das bibliotecas, utilizando os padrões da Legislação Brasileira e da Norma NBR 9050:2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Analisar a comunicação e sinalização, símbolos, os acessos e circulação e sanitários.

5 HIPÓTESES

As bibliotecas públicas de Goiânia não estão adaptadas para a acessibilidade. Não possuem recursos para que possam cumprir suas funções na sociedade, pois o governo não investe em bibliotecas.

6 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura contempla os seguintes tópicos: os aspectos conceituais das bibliotecas, um breve histórico da biblioteca pública do Brasil e de Goiânia, acessibilidade e a norma brasileira que regulamenta essa questão. A revisão teve o objetivo de abordar os principais conceitos de Biblioteca pública e Acessibilidade Física.

6.1 BIBLIOTECAS ASPECTOS CONCEITUAIS

As bibliotecas sempre tiveram um importante papel na sociedade, elas são diferenciadas pelos serviços que oferecem e por suas funções. A partir desses parâmetros é que podemos classificar as bibliotecas em:

Escolar - tem a função de atender os interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalha em consonância com o projeto pedagógico da escola a qual está inserida. Atende prioritariamente alunos, professores, funcionários da unidade de ensino, podendo também ampliar sua ação para atender os familiares de alunos e a comunidade moradora do entorno. Está localizada dentro de uma unidade de ensino pré-escolar, fundamental e/ou médio.

Universitária - Tem a finalidade de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo e dos seus serviços. Atende alunos, professores, pesquisadores e comunidade acadêmica em geral. É vinculada a uma unidade de ensino superior, podendo ser uma instituição pública ou privada. A Biblioteca Universitária dá continuidade ao trabalho iniciado pela Biblioteca Escolar.

Especializada - Está voltada a um campo específico do conhecimento. Seu acervo e seus serviços atendem às necessidades de informação e pesquisa de usuários interessados em uma ou mais áreas específicas do conhecimento. É vinculada a uma instituição pública ou privada, podendo também se caracterizar como uma biblioteca universitária quando vinculada a uma unidade de ensino superior.

Comunitária - Espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro. É criada e mantida pela comunidade local, sem vínculo direto com o Estado.

Nacional - Tem por função reunir e preservar toda produção bibliográfica do país. Em cada país existe uma Biblioteca Nacional. Toda produção bibliográfica do país deve ser enviada para a mesma, isto é garantido pela lei de Depósito Legal.

Pública - Sua finalidade é atender por meio do seu acervo e de seus serviços, os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Atende a todos os públicos: bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com necessidades especiais. É considerado equipamento cultural e, portanto, está no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC). É criada e mantida pelo Município, Estado ou Federação. Este último é o foco da presente pesquisa.

6.2 BIBLIOTECA PÚBLICA

A biblioteca pública tem um papel importante na sociedade, pois, ela dissemina a informação e é uma mediadora na prática de leitura da comunidade de usuários que a frequenta.

Para Cunha, 2003, a importância do papel da biblioteca pública já vem sendo comprovado ao longo dos séculos, oferecendo incentivos para desenvolver o hábito de leitura, acesso às informações gerais e utilitárias, preservação das identidades locais e nacionais, apoio a educação formal e desenvolvimento de educação permanente e estímulo às atividades de lazer permanente.

Segundo o Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas de 1994, os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos baseando-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc.

Ainda de acordo com a UNESCO as missões da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura são as seguintes:

Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância; Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis; Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa; Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens; Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; Possibilitar o acesso a todas as formas

de expressão cultural das artes do espetáculo; Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural; Apoiar a tradição oral; Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local; Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse; Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática; Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários. Segundo o decreto-lei nº 93 de dezembro 1937, é o Instituto Nacional do Livro - INL, que incentiva a organização e auxilia a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (MANIFESTO UNESCO, 1994)

Portanto, cabe a biblioteca pública cumprir sua missão, pois ela é muito importante para a sociedade onde está inserida.

O capítulo a seguir aborda um pouco dos aspectos históricos das bibliotecas públicas.

6.2.1 Aspectos históricos das bibliotecas públicas

Não se conhece a origem exata das bibliotecas, o que se sabe é que elas apareceram na era histórica, quando se tem o início dos registros escritos do conhecimento. Sabe-se, também, que as primeiras bibliotecas não tinham a função de democratização do conhecimento, ao contrário, sua função era restringir o acesso dos livros ao público. A própria edificação dos locais que acolhia as bibliotecas favorecia o enclausuramento dos livros, conforme muito bem mostrado no filme “O nome da rosa”.

Tal fato pode ser visto ao analisarmos um pouco a história. Desde o homem primitivo já se buscava formas de registrar e resguardar a informação. Povos como os babilônicos, egípcios e sumérios tinham seus conhecimentos expostos em suportes de argila. No decorrer da história acredita-se que a biblioteca mais famosa da qual se tem notícia seria a do rei Assurbanipal criada no século VII a.C. e Alexandria no século III a.C.

Na Idade Média havia três tipos de bibliotecas as Monacais, as Particulares junto com as Bizantinas e as Universitárias.

Seguidas das bibliotecas na Idade média, que eram divididas em bibliotecas dos mosteiros e de ordens religiosas diversas, as bibliotecas das universidades e as bibliotecas particulares,

quase sempre pertencentes aos reis, nobres ou grandes senhores. Estas últimas constituem a origem das bibliotecas nacionais. Desde o surgimento das bibliotecas até o período da Renascença, os guardiões dos livros não tinham uma existência social como os bibliotecários que conhecemos hoje; eram sempre eruditos (sacerdotes ou figuras da elite), que viviam reclusos em suas bibliotecas e preocupados em salvar e copiar as obras dos acervos. As bibliotecas da Antigüidade e da Idade Média não tinham como objetivo dar acesso ao grande público, pelo contrário, eram símbolos de poder e acúmulo de conhecimento para os poucos que tinham o privilégio de consultá-las (MARTINS, 2001, p.71).

Já a primeira biblioteca pública, segundo Martins (2001), quem teve a idéia de instalar foi Julio César, mas o seu assassinato o impediu de realizar. O orador Asínio Pólio foi quem, no ano 39, realizou a idéia de César estabelecendo simbolicamente a primeira biblioteca pública no átrio do templo romano.

Ainda segundo Martins (2001), a mais célebre de todas as bibliotecas foi a Ulpiana, fundada por Trajano e que com a Palatina constituía as duas mais importantes das 28 bibliotecas públicas que Roma possuía no século IV. Sobre isto há controversias, pois, há autores que estimam que Ambrosiana de Milão, fundada pelo cardeal Borromeu em 1608, foi a primeira biblioteca verdadeiramente pública da Europa e outros que afirmam ser a Vaticana a mais antiga das bibliotecas públicas da Europa.

Para Almeida Júnior (1997), a biblioteca pública com suas funções específicas e com o objetivo de atender a toda a sociedade e que é mantida pelo estado, surge nos Estados Unidos e na Inglaterra na segunda metade do século XIX, e tinha um caráter educacional.

6.2.2 Biblioteca pública no Brasil

No Brasil, no período colonial, só existiam bibliotecas particulares e as dos conventos e mosteiros que eram mantidas precariamente e não beneficiavam a toda a população.

A atual Fundação Biblioteca Nacional, foi a primeira biblioteca oficialmente estabelecida no Brasil, em 29 de outubro de 1810, data considerada oficialmente como a da fundação da Real Biblioteca, com as mesmas características das

bibliotecas no mundo, cujo acervo não era acessível ao público em geral, o caráter restrito se mantinha, neste caso, a biblioteca nacional destinava o acesso somente a família real, já que todo acervo original era oriundo da família real, alguns eruditos também tinham acesso a biblioteca, “sendo que estes tinham de pedir autorização para consultá-la”. De sorte que a biblioteca nacional só foi aberta ao público em 1814.

A Biblioteca Nacional insere-se neste conceito por apresentar características como: ser beneficiária do instituto do Depósito Legal; possuir mecanismo estruturado para compra de material bibliográfico no exterior a fim de reunir uma coleção de obras estrangeiras, nas quais se incluam livros relativos ao Brasil ou de interesse para o país; elabora e divulga a bibliografia brasileira corrente através dos Catálogos em linha, disponíveis no portal institucional é também o centro nacional de permuta bibliográfica, em âmbito nacional e internacional. Sob o novo estatuto de Fundação, a Biblioteca Nacional ampliou seu campo de atuação, passando a coordenar as estratégias fundamentais para o entrelaçamento de três dos mais importantes alicerces da cultura brasileira: biblioteca, livro e leitura. Assim, a instituição coordena o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a política de incentivo à leitura através do Proler.

A primeira biblioteca pública do Brasil, que foi oficialmente declarada, é a Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada no antigo Colégio dos Jesuítas, no dia 4 de agosto de 1811. Ela foi criada por iniciativa de cidadãos, pois, Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco encaminhou um projeto ao Conde dos Arcos, então governador da Capitania da Bahia no dia 5 de fevereiro de 1811, solicitando só a aprovação do plano para a fundação da biblioteca, pois ela seria mantida através de todos os cidadãos que desejassem dela fazer parte. Conde dos Arcos aprovou o plano e elogiou a iniciativa do seu autor.

A seguir foram fundadas a biblioteca do Maranhão (1829), Sergipe (1848), Pernambuco (1852), Santa Catarina (1855), Espírito Santo (1855), Paraíba (1857), Paraná (1857), Alagoas (1865), Ceará (1867), Amazonas (1870), Pará (1871), Rio de Janeiro (1873), Piauí (1883), Mato Grosso (1912), São Paulo (1926) atualmente denominada Biblioteca Municipal Mario de Andrade, Amapá (1945), Acre (1948), Minas Gerais (1954) atualmente denominada Centro de Educação Permanente Prof. Luís de Bessa, Rio Grande do Norte (1963), Rondônia (1969).

Hoje no Brasil, existem 6.060 bibliotecas públicas segundo os dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP, localizadas em 5.453 Municípios, sendo 512 na Região Norte, 1845 na Região Nordeste, 499 no Centro-Oeste, 1932 no Sudeste e 1272 na Região Sul.

Como essa pesquisa consiste na avaliação quanto à acessibilidade nas bibliotecas públicas da cidade de Goiânia, aqui faremos um breve histórico da primeira biblioteca pública desta capital.

6.2.3 Biblioteca pública em Goiânia

Não se encontram muitos documentos registrando a história das bibliotecas públicas de Goiânia. O que foi encontrado diz que a primeira biblioteca pública foi uma iniciativa de um grupo de senhoritas da alta Sociedade de Goiânia.

Segundo Mello (2007), a história da primeira biblioteca pública de Goiânia, se inicia com a notícia de sua inauguração no jornal Correio Oficial, de 13 de agosto de 1936. A inauguração foi seguida de um baile e o ingresso para os homens era a doação de um livro, assim a biblioteca se iniciou com 78 livros. Na notícia diz que no dia 8 de agosto, Goiânia teve uma noite de glória, pois, tinha sido inaugurada a sua primeira biblioteca.

De acordo com Monteiro, 1938, na inauguração foi lavrada uma ata e nesta constavam os nomes das pessoas que estavam presentes e também há elogios sobre as moças que imaginaram e realizaram o centro literário de Goiânia e que teve a frente Sua Excelência Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Segundo Monteiro, 1938 essas moças são: Maria das Graças Fleury, Maria do Rosário Fleury conhecida por Rosarita Fleury, Maria Félix de Sousa, Virgínia e Tuniche Vieira.

De acordo com Mello (2007, p. 86):

As narrativas da inauguração da BPMG revelam uma cerimônia ritual encenada pelo estado. O Jornal divulga ufanisticamente o fato, corroborando o texto da ata que reconstrói “o mito empreendedor”, na figuração do governador que garante o poder controlador do regime autoritário sobre a cultura e educação (MELLO, 2007, p.86).

Após a inauguração, os livros e as estantes foram para o Departamento de Imprensa e Propaganda e depois foram para a Prefeitura Municipal.

Não havia verbas nem espaço para abrigar o acervo, por isso foram feitos vários deslocamentos da Biblioteca Pública Municipal de Goiânia - BPMG:

Sua primeira sede foi nas dependências do Departamento de Imprensa e Propaganda, situado no Museu Antropológico Zoroastro Artiaga, na Praça Cívica, com o nome de Biblioteca Pública de Goiânia. Por ocasião do Batismo Cultural de Goiânia, em 1942, recebeu o nome da Biblioteca Pública Dr. Pedro Ludovico, sendo transferida para Rua 1, esquina com a avenida Goiás, e logo em seguida, para a avenida Anhanguera próximo à alameda Botafogo. Em 20 de Julho de 1947, passou a se chamar Biblioteca Pública Municipal. O seu acervo foi constituído pela incorporação das obras dos acervos da Biblioteca Pedro Ludovico e da Academia Goiana de letras e também pelas doações dos órgãos, das delegações e dos participantes do “VII congresso Brasileiro de Educação” e das “Assembleias dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística”, que aconteceram na capital (MELLO, 2007, p. 89).

Hoje com nome de Biblioteca Municipal Marietta Telles Machado – BMMTM está situada na Av. Universitária, S/N, Praça Universitária, Setor Leste Universitário.

Goiânia conta ainda com mais duas bibliotecas públicas:

- **Biblioteca Estadual Escritor Pio Vargas** localizada na Praça Cívica, S/N, Centro - Prédio da Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, criada pela Lei n.º 6623, de 28 de junho de 1967. Durante o período de 1976 a outubro de 1985, ficou instalada na avenida Goiás, nº 346, 1º e 2º andares. De outubro de 1985 a 1989, funcionou na sobreloja do Edifício Parthenon Center, numa área de 1700 m². Foi instalada definitivamente, onde funciona até hoje, no Centro Cultural Marieta Telles, em 1989.
- **Biblioteca Cora Coralina** localizada na Praça Joaquim Lúcio, 66, Campinas. O prédio onde abriga a biblioteca, antes era o Palace Hotel e foi construído em art déco na década de 30, e em 1999 recebeu uma reforma com acréscimos e alterações e passou ao uso da biblioteca.

As bibliotecas são lugares onde deve haver a democratização da informação, assim, elas devem estar acessíveis a todos. Por isso este trabalho aborda a questão da acessibilidade dos espaços físicos das bibliotecas públicas de Goiânia.

O próximo capítulo trará um pouco sobre o que é acessibilidade, a lei e as normas que a regulamentam.

7 ACESSIBILIDADE

O termo acessibilidade, de acordo com Sasaki (2011), usado para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência, está no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 40.

Somente na década de 80 que o segmento de pessoas com deficiências, impulsionado pela pressão do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, desenvolveu campanhas em âmbito mundial para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e também a não inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos (SASSAKI, 2011).

Ainda segundo Sasaki, é na década de 90 que começa a se esclarecer que a acessibilidade deverá seguir o padrão do desenho universal, onde os ambientes, os meios de transporte e os utensílios sejam projetados para todos e não apenas para pessoas com deficiências.

A Constituição Federal Brasileira prevê no Artigo 227 parágrafo 2º que a lei disporá normas de construção de logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 é a que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Em Goiânia a Lei nº 7591, de 28 de junho de 1996 é a que dispõe sobre as adaptações nos locais de uso público e garante o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, do idoso e dá outras providências.

De acordo com o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 que regulamenta a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 , para que haja acessibilidade é preciso proporcionar condições de utilização com segurança e autonomia, total ou assistida dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos , das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 9050: 2004 a respeito da acessibilidade diz que é quando possibilita a condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

Para Melo (2007), a acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas.

Quando se promove a acessibilidade se estará promovendo também uma qualidade de vida a todas as pessoas, independentemente se há uma deficiência ou não.

De acordo com o Decreto n.º 5.296/2004 é preciso que todas as barreiras sejam retiradas, ou seja, qualquer entrave ou obstáculos que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação. Essas barreiras de acordo com esse decreto são classificadas em:

barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes e barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. (BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004).

Assim para que a acessibilidade aconteça é preciso a retirada de todas as barreiras que impeçam a livre circulação.

Mesmo assim, com todas essas leis ainda hoje os portadores de deficiência enfrentam várias barreiras e dificuldades para se incluírem em sociedade. E essa falta de acessibilidade pode levar a pessoa a se sentir excluída. Hoje em dia se fala

muito na questão da inclusão e para que isso aconteça é preciso que ocorra a acessibilidade para todos.

O capítulo a seguir aborda as normas técnicas brasileiras que garantem a acessibilidade.

7.1 NORMAS TÉCNICAS PARA GARANTIA DA ACESSIBILIDADE

É considerada Pessoa Portadora de Deficiência, nos termos do Decreto n.º 5.296/2004, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

c) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências;

Mobilidade reduzida é aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 é a que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a retirada de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Assim, a partir dessa lei normas técnicas foram criadas para assegurar a acessibilidade e encontram-se descritas em diversas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, tais como:

- a) NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;
- b) NBR 13994 – Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoa Portadora de Deficiência;
- c) NBR 14020 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência – Trem de Longo Percurso;
- d) NBR 14021 - Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano;
- e) NBR 14022 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência em Ônibus e Trólebus para Atendimento Urbano e Intermunicipal;
- f) NBR 14273 – Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência no Transporte Aéreo Comercial;
- g) NBR 15250 - Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário.

Este trabalho está centrado na NBR 9050: 2004 que diz respeito à acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, pois este trabalho tem o intuito de avaliar a acessibilidade física nos prédios das bibliotecas municipais e estaduais públicas de Goiânia.

8 ACESSIBILIDADE E BIBLIOTECAS

Nos dias atuais, se discute muito sobre a acessibilidade, mas será que tudo está acessível a todos? Pensando no caso da acessibilidade à informação, as bibliotecas devem estar acessíveis para que todos possam ter condições para participar de forma efetiva de todos os serviços que são oferecidos pela biblioteca.

No Brasil a norma NBR 9050 de 2004 é a que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Estabelece também que edificações e equipamentos urbanos que venham a ser reformados devem se tornar acessíveis. Em reformas parciais, a parte reformada deve obedecer a mesma regra.

Abaixo estão relacionados os itens que foram analisados para a acessibilidade física dos prédios das bibliotecas públicas de Goiânia, conforme a NBR 9050:2004.

8.1 ESTANTES

De acordo com a norma 9050: 2004 a distância entre as estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. É recomendado rotação de 180°. Conforme figura abaixo:

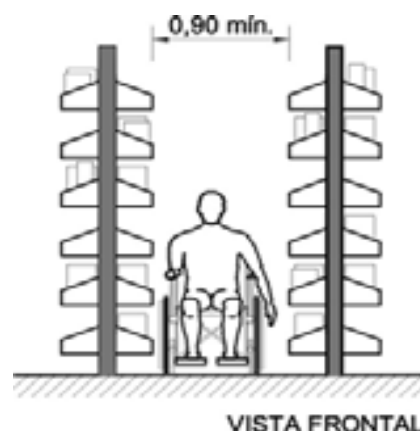


FIGURA 1: Estantes em bibliotecas.

Fonte: Norma Brasileira. ABNT NBR 9050:2004, p.88

8.2 COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO

As formas de comunicação e sinalização, segundo a norma NBR 9050:2004 são:

- a. Visual - realizada através de textos ou figuras.
- b. Tátil - realizada através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo.
- c. Sonora - realizada através de recursos auditivos

Os tipos de sinalização são:

- a. Permanente - sinalização utilizada nas áreas e espaços cuja função já esteja definida, identificando os diferentes espaços ou elementos de um ambiente ou de uma edificação. No mobiliário, deve ser utilizada para identificar comandos.
- b. Direcional - sinalização utilizada para indicar a direção de um pequeno percurso ou a distribuição espacial dos diferentes elementos de um edifício.
- c. De emergência - sinalização utilizada para indicar rotas de fuga e saídas de emergência das edificações, dos espaços e do ambiente urbano, ou para alertar quanto a um perigo eminente.
- d. Temporária - sinalização utilizada para indicar informações provisórias ou que podem ser alteradas periodicamente.

As informações essenciais aos espaços nas edificações, no mobiliário, nos espaços e equipamentos urbanos devem ser sinalizadas de forma visual, tátil ou sonora.

8.3 SÍMBOLO

De acordo com a NBR 9050:2004, os símbolos são representações gráficas que, através de uma figura ou de uma forma convencional, estabelecem a analogia entre o objeto e sua representação e todos os símbolos podem ser associados a uma sinalização direcional.

- Símbolos internacionais de acesso à indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos devem ser feito por meio do símbolo internacional de acesso. A representação internacional de acesso consiste em pictograma branco sobre fundo azul (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone

2925 C). Este símbolo pode, opcionalmente, ser representado em branco e preto (pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco). A figura deve estar sempre voltada para o lado direito. Não podendo fazer nenhuma modificação, estilização ou adição. Este símbolo deve indicar acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Esta sinalização deve ser afixada em local visível ao público, sendo utilizada nos seguintes locais: entradas; áreas e vagas de estacionamento; áreas acessíveis de embarque e desembarque; sanitários; áreas de assistência para resgate, áreas de refugio, saídas de emergência; áreas reservadas para pessoas com cadeiras de rodas; equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

Os acessos que não apresentam condições de acessibilidade devem possuir informação visual indicando a localização do acesso mais próximo que atenda às condições estabelecidas na norma.



FIGURA 2: Símbolo internacional de acesso
Fonte: Norma Brasileira. ABNT NBR 9050:2004, p. 18

8.4 ACESSOS E CIRCULAÇÃO

a. Pisos

Os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê).

b. Acessos

Segundo a NBR 9050:2004 nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício. Na adaptação de edificações e equipamentos urbanos existentes, deve ser previsto no mínimo um acesso, vinculado através de rota acessível à circulação principal e às circulações de emergência, quando existirem. Nestes casos, a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 m. O percurso entre o estacionamento de veículos e a(s) entrada(s) principal (is) deve compor uma rota acessível. Quando da impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e as entradas acessíveis, devem ser previstas vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com deficiência, interligadas à(s) entrada(s) através de rota(s) acessível (is). Quando existirem catracas ou cancelas, pelo menos uma em cada conjunto deve ser acessível. Quando existir porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, deve ser prevista junto a este outra entrada que garanta condições de acessibilidade. Deve ser prevista a sinalização informativa, indicativa e direcional da localização das entradas acessíveis.

c.Rampas

Segundo a NBR 9050: 2004 a inclinação das rampas deve ser calculada segundo a seguinte equação:

$i = h \times 100 / c$, onde:

i é a inclinação, em porcentagem;

h é a altura do desnível;

c é o comprimento da projeção horizontal.

A projeção dos corrimãos pode incidir dentro da largura mínima admissível da rampa em até 10 cm de cada lado, exceto nos casos previstos em 0. A largura das rampas (L) deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m. Quando não houver paredes laterais as rampas devem incorporar guias de balizamento com altura mínima de 0,05 m, instaladas ou construídas nos limites da largura da rampa e na projeção dos guarda-corpos.

Em edificações existentes, quando a construção de rampas nas larguras indicadas ou a adaptação da largura das rampas for impraticável, podem ser

executadas rampas com largura mínima de 0,90 m com segmentos de no máximo 4,00 m, medidos na sua projeção horizontal.

d. Corredores

Os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:

- 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;
- 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;
- 1,50 m para corredores de uso público;
- maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas.

e. Portas

De acordo com a Norma NBR 9050: 2004, as portas, inclusive de elevadores, devem ter um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m. O mecanismo de acionamento das portas deve requerer força humana direta igual ou inferior a 36 N. As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m. Quando localizadas em rotas acessíveis, recomenda-se que as portas tenham na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso. As portas de sanitários, vestiários e quartos acessíveis em locais de hospedagem e de saúde devem ter um puxador horizontal, associado à maçaneta. Deve estar localizado a uma distância de 10 cm da face onde se encontra a dobradiça e com comprimento igual à metade da largura da porta.

8.5 SANITÁRIOS

Os sanitários acessíveis devem obedecer aos parâmetros da norma 9050: 2004, no que diz respeito à instalação de bacia, mictório, lavatório, box de chuveiro, acessórios e barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance

9 METODOLOGIA

A realidade em estudo é a acessibilidade da pessoa portadora de deficiência física ou mobilidade reduzida aos prédios das bibliotecas públicas do município de Goiânia. Fizeram parte da pesquisa, as duas bibliotecas públicas municipais e uma estadual, localizadas em Goiânia que são: Biblioteca Municipal Marietta Teles Machado; Biblioteca Municipal Cora Coralina e Biblioteca Estadual Pio Vargas, que passaram por uma avaliação levando em conta a questão da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, conforme a NBR9050: 2004.

9.1 QUANTO AO TIPO DE PESQUISA

A pesquisa realizada foi de caráter exploratório, optando por uma abordagem qualitativa e quantitativa.

Segundo Prodanov e Freitas, 2013:

- Qualitativa - porque o estudo tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo.

- Quantitativa - na pesquisa devemos formular hipóteses e classificar a relação entre as variáveis para garantir a precisão dos resultados, evitando contradições no processo de análise e interpretação.

Este trabalho se configura como um estudo qualitativo que se utiliza de dados quantitativos para se chegar a resultados na questão da acessibilidade, pois a pesquisa qualitativa será usada para observar os dados colhidos anteriormente.

9.2 Procedimentos Metodológicos

Quanto aos procedimentos metodológicos para a coleta de dados optou-se pela verificação *in locus*.

9.2.1 Coleta de dados

Para o estudo das condições da acessibilidade dos prédios das bibliotecas, é utilizado um roteiro que serve para auxiliar a pesquisadora na observação e registros dos quesitos a serem analisados.

O roteiro (em apêndice) desenvolvido neste estudo foi baseado no questionário da autora Emmanuelli, em sua monografia “Acessibilidade Física em Bibliotecas Universitárias: um direito de todos”, de conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os principais tópicos do roteiro são:

- Distância entre as estantes de livros
- Espaço para manobra da cadeira de rodas
- Corrimãos para escadas e rampas
- Rota acessível
- Sinalização de entradas acessíveis
- Símbolo internacional de acesso
- Se há vão livre nas portas
- Degraus nas portas de entradas
- Faixas guias táteis e pisos antiderrapantes
- Elevador de acesso
- Sinalização tátil em Braille nos corrimãos de escadas e rampas
- Sinalização de emergência
- Sanitários acessíveis

Foram considerados os pontos mais importantes para a diminuição de barreiras físicas e sociais para o acesso à informação dos usuários com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Os dados foram coletados através de uma visita pela pesquisadora às três unidades estudadas.

10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O estudo das condições de acessibilidade das bibliotecas públicas de Goiânia foi realizado através de um roteiro, com os quesitos a serem analisados.

O presente trabalho analisou as duas bibliotecas públicas municipais e uma estadual de Goiânia: Biblioteca Municipal Marietta Telles Machado, Biblioteca Municipal Cora Coralina; e Biblioteca Estadual Pio Vargas.

Por motivos de sigilo, as bibliotecas serão nomeadas em A, B e C para que possa ser garantido o anonimato de cada uma delas.

As questões a seguir, se referem às análises feitas pela pesquisadora nas três bibliotecas.

Para a interpretação dos dados utilizou-se de quadros contendo as referidas letras para cada biblioteca e sim e não para informar se a biblioteca possui ou não aquele quesito.

Quadro 1 - Distância entre as estantes de livros da biblioteca

A distância entre as estantes é de no mínimo 0,90m de largura?	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B	X	
Biblioteca C	X	

Fonte: Adaptação de MELLO, 2012.

O quadro 1 refere-se à questão que verificou se o espaço entre as estantes das bibliotecas é suficiente para a passagem de cadeira de rodas dos usuários com deficiência física. A distância mínima é de 0,90m que se deve considerar para a passagem dos usuários cadeirantes. Verificou-se que das três, apenas a biblioteca A não possui o espaço de 0,90m. As bibliotecas B e C, apesar de ter o espaço mínimo em alguns corredores, possuem pilastras em alguns corredores que dificultam a passagem do usuário cadeirante.

Imagem 1- Biblioteca A/ Estantes



Fonte: Do autor

Imagem 2 – Biblioteca B/Estantes



Fonte: Do autor

Imagem 3- Biblioteca C/Estantes



Fonte: Do autor

Quadro 2 - Espaço para a manobra da cadeira de rodas na biblioteca

Nos corredores entre as estantes, a cada 15m, há espaço que permita a manobra da cadeira de rodas? Recomenda-se a rotação de 180° (área para manobra sem deslocamento).	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B	X	
Biblioteca C	X	

Fonte: Adaptação de MELLO, 2012.

O quadro 2 refere-se à questão que verifica se nos corredores entre as estantes da biblioteca, a cada 15m, há espaço que permita a manobra da cadeira de rodas dos usuários. Foi feita a conclusão, através dessa análise, que somente duas das três bibliotecas analisadas possuem esse espaço suficiente de 1,50m x 1,20m, a cada 15m, para a manobra de rotação de 180° da cadeira de rodas, e mesmo assim na biblioteca C há lugares onde há caixas que dificultam a livre circulação. Analisando a altura das estantes, foi possível verificar que nenhuma delas possui um tamanho adequado para que um cadeirante tenha a independência de retirar o livro e nem de olhar qual livro ele deseja.

Quadro 3 - Corrimãos em escadas e rampas da biblioteca.

Existem corrimãos nas escadas e rampas nas bibliotecas?	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B	X	
Biblioteca C	X	

Fonte: Adaptação de MELLO, 2012.

O quadro 3 é referente ao quesito corrimãos em escadas e rampas nas bibliotecas. A biblioteca A não possui escadas e rampas, a mesma é localizada em uma praça e para chegar até ela tem apenas as rampas da calçada da praça. Já as bibliotecas B e C não possuem rampas, mas tem escadas. Elas possuem dois pavimentos. Há corrimão nos dois lados da escada, mas o acesso para um cadeirante ou uma pessoa com mobilidade reduzida é muito difícil, pois, não há rampas que dão acesso ao pavimento superior.

Imagem 4- Biblioteca B/Corrimãos



Fonte: Do autor

Imagem 5- Biblioteca C/Corrimãos



Fonte: Do autor

Quadro 4 - Rota acessível no percurso estacionamento / entradas principais.

Há existência de rota acessível no percurso entre estacionamento e entradas principais?	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B		X
Biblioteca C		X

Fonte: Adaptação de MELLO,2012.

O quadro 4 refere-se aos resultados da questão que analisou a existência de rota acessível no percurso entre estacionamento e entradas principais da biblioteca. Constatou-se que nenhuma delas dispõe de entrada acessível aos usuários com deficiência física no percurso estacionamento/entrada principal da biblioteca. A rota acessível é importante, pois promove o acesso às bibliotecas sem barreiras e sem obstáculos.

Quadro 5 - Sinalização de entradas acessíveis na biblioteca.

Há sinalização de entradas acessíveis?	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B		X
Biblioteca C		X

Fonte: Adaptação de MELLO,2012.

O quadro 5 refere-se ao resultado da análise da questão acerca da sinalização de entradas acessíveis nas bibliotecas analisadas. A sinalização de entradas acessíveis é importante, pois o usuário saberá aonde se direcionar para que possa entrar na biblioteca sem dificuldade. Nota-se que em nenhuma das bibliotecas há a sinalização de entradas acessíveis.

Quadro 6 - As portas tem um vão livre de no mínimo 0,80 m e altura de 2,10m.

Nas portas há um vão livre de no mínimo 0,80 m e altura de 2.10 m?	SIM	NÃO
Biblioteca A	X	
Biblioteca B	X	
Biblioteca C	X	

Fonte: Adaptação de MELLO,2012

O quadro 6 corresponde aos resultados da questão se há um vão livre de no mínimo 0,80 m e altura de 2,10 m. As três bibliotecas analisadas possuem esse vão livre 080 m e altura mínima de 2,10. Somente a biblioteca C, por ter duas e apenas uma ficar aberta, não tem a medida mínima, mas quando aberta as duas abas até ultrapassa o limite exigido. Em todas as bibliotecas as portas se mantêm abertas durante o expediente e isso facilita, pois, não há a necessidade de fazer esforço para abri-las.

Quadro 7 - Degraus nas portas de entradas

A porta de entrada principal da biblioteca possui degrau?	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B	X	
Biblioteca C		X

Fonte: Adaptação de MELLO, 2012.

O quadro 7 é referente aos resultados da questão que verificou se na porta de entrada principal da biblioteca possui degrau. Somente a biblioteca B possui degrau na porta de entrada principal, o que dificulta a entrada de um cadeirante ou pessoa com mobilidade reduzida permanente ou não. As outras duas não possuem degrau.

Imagem 6- Biblioteca B/ Degraus



Fonte: Do autor

Quadro 8 - Faixas guias táteis e pisos antiderrapantes

Existem faixas guias táteis e pisos antiderrapantes?	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B		X
Biblioteca C		X

Fonte: Adaptação de MELLO,2012

O quadro 8 refere-se aos resultados da questão que analisou se havia faixas guias e pisos antiderrapantes. Em nenhuma das bibliotecas há este quesito, o que dificulta, para um deficiente visual ou com baixa visão, a circulação na biblioteca, pois não irá ter segurança e autonomia para isso.

Quadro 9 - Elevador de acesso

A biblioteca precisa de elevador de acesso?	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B	X	
Biblioteca C	X	

Fonte: Adaptação de MELLO,2012

O quadro 9 corresponde ao resultado da pergunta que analisou se a biblioteca precisa de elevador de acesso. Das três bibliotecas analisadas, duas necessitam do elevador por terem dois pavimentos. Fica difícil o acesso ao piso superior sem o elevador para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. A biblioteca B, já possui um elevador de acesso, mas está parado a muitos anos, por falta de manutenção, pois, a empresa que prestava este serviço faliu e não foi colocada outra em seu lugar.

Imagem 7- Biblioteca B/Elevador



Fonte: Do autor

Quadro 10 - Sinalização direcional.

Há sinalização direcional visível dos espaços, tais como de circulação, sanitários e outros?	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B		X
Biblioteca C		X

Fonte: Adaptação de MELLO, 2012

O quadro 10 refere-se ao resultado da questão analisada sobre a sinalização direcional visível dos espaços, tais como de circulação, sanitários e outros. Conclui-se que não há uma sinalização adequada dos espaços, principalmente, para a sinalização indicando os banheiros.

Quadro 11 - Sinalização tátil em Braille e em relevo nos corrimãos de escadas e rampas

Há sinalização tátil em Braille e em relevo na lateral interna, nos corrimãos de escadas e rampas no começo destes?	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B		X
Biblioteca C		X

Fonte: Adaptação de MELLO, 2012.

O quadro 11 trata do resultado da questão analisada sobre a sinalização tátil em Braille e em relevo na lateral interna, nos corrimãos de escadas e rampas no começo destes. Constatou-se que a biblioteca A não possui escadas e nem rampas. Já as bibliotecas B e C têm escadas mas não há a sinalização tátil em Braille e em relevo na lateral interna nos corrimãos das escadas, o que dificulta o acesso com segurança e autonomia para o andar superior.

Quadro 12 - Sinalização de emergência

Existe sinalização de emergência transmitida para todos os setores da biblioteca, tanto de forma visual como auditiva?	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B		X
Biblioteca C		X

Fonte: Adaptação de MELLO, 2012.

O quadro 12 é referente ao resultado da questão analisada sobre a sinalização de emergência, na parte visual há as placas de saída de emergência em todas as bibliotecas, no entanto, não há sinalização de emergência auditiva em nenhuma das bibliotecas analisadas.

Quadro 13 - Sanitários acessíveis.

Há sanitários acessíveis nas bibliotecas?	SIM	NÃO
Biblioteca A		X
Biblioteca B	X	
Biblioteca C		X

Fonte: Adaptação de MELLO, 2012.

O quadro 13 trata dos resultados da questão se há sanitários acessíveis nas bibliotecas. Das três bibliotecas analisadas, somente a biblioteca B possui sanitários acessíveis e está de acordo com a norma, com portas mais largas, com vão livre de mais de 0,80m e há também as barras de apoio para que o cadeirante faça a transferência para a bacia sanitária. Na biblioteca C, o banheiro é acessível, porém, é de uso coletivo para todas as instituições que há no prédio. Na biblioteca A não há acessibilidade de forma alguma.

Imagem 8- Biblioteca A/Sanitários



Fonte: Do autor

Imagem 9- Biblioteca B/ Sanitários



Fonte: Do autor

Quadro 14 - Relação geral dos quesitos analisados

Quesitos	Biblioteca A	Biblioteca B	Biblioteca C
Distância entre as estantes de livros		X	X
Espaço para manobra da cadeira de rodas		X	X
Corrimãos para escadas e rampas		X	X
Rota acessível			
Sinalização de entradas acessíveis			
Vão livre nas portas mínimo 0,80 m e altura de 2,10m.	X	X	X
Degraus nas portas de entradas		X	
Faixas guias táteis e pisos antiderrapantes			
Elevador de acesso		X	
Sinalização tátil em Braille nos corrimãos de escadas e rampas			
Sinalização de emergência			
Sanitários acessíveis		X	

Fonte: Produção do autor

O quadro 14 é a relação de todos os quesitos que foram analisados. Os que estão marcados com X são os critérios que foram encontrados na biblioteca, pode verificar que poucos quesitos foram favoráveis a acessibilidade que há muito ainda o que fazer para que a acessibilidade seja concretizada de fato nestas bibliotecas.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou analisar a atual condição de acessibilidade física dos prédios das bibliotecas públicas de Goiânia. Diante de tudo que foi exposto durante o trabalho, pode-se verificar que ainda há muito que fazer para que a pessoa portadora de deficiência física ou mobilidade reduzida possa ter o direito de acesso pleno.

O bibliotecário, um profissional que lida e trabalha em prol da sociedade, deve ser capaz de compreender muito além das necessidades de informações de seus usuários. Os profissionais precisam interagir com a comunidade local para que o atendimento seja adequado, para qualquer usuário da biblioteca seja ele portador de deficiência ou não. Quanto aos portadores de deficiência, o bibliotecário precisa conhecê-los, para isso, é preciso que seja feito um cadastro desse usuário. Com esse cadastro pode-se conhecer quantos são os usuários com deficiência, qual o tipo de deficiência que mais ocorre, grau de escolaridade.

Nas bibliotecas analisadas verificou-se que há falta desses registros escritos e isso impede que se desenvolvam práticas que auxiliem o uso das bibliotecas por pessoas portadoras de deficiência.

O que se pode constatar, é que as bibliotecas públicas de Goiânia ainda não estão aptas a receber o usuário portador de deficiência.

É necessário também que haja mais políticas públicas voltadas para a acessibilidade, pois, as bibliotecas precisam de recursos financeiros para que possam fazer as modificações necessárias.

Cabe aos bibliotecários e aos demais profissionais, fazerem a sua parte para que essa discussão possa resultar em melhorias efetivas nos serviços que a biblioteca oferece tanto para os portadores de deficiência, como para comunidade em geral, e que assim a cidadania plena seja garantida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas. Londrina: UEL, 1997. 171p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2 ed. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR13994**: Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14020**: Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem de longo percurso. Rio de Janeiro, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR14021**: Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14022**: Acessibilidade a pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus para atendimento urbano e intermunicipal....Rio de Janeiro, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14273**: Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial. Rio de Janeiro, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15250**: Acessibilidade em caixa de auto- atendimento bancário. Rio de Janeiro, 2005.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertações e tese. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta a lei nº **Presidência da República. Casa civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 18 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF. 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 25 maio 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Art.227 Parágrafo 2º. Acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 04 dez. 2014.

CARVALHO, Gilberto Vilar. **Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990)**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

CUNHA, Vanda Angélica. A biblioteca pública no cenário da sociedade da educação. *Biblios*, Ano 4 n.15, abr/jun. 2003. Disponível em: http://eprints.rclis.org/5540/1/2003_014.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

EMMANUELLI, Mara Neide. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias: um direito de todos**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 82p. Monografia (Especialização). Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Departamento de Ciências da Informação. Porto Alegre, 2009.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Histórico**. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/>. Acesso em: 21 abr. 2014.

GOIÂNIA. Lei nº 7591, de 28 de junho de 1996. Lei Orgânica do Município de Goiânia. **Câmara Municipal de Goiânia**. Diretoria legislativa. Divisão de Documentação. Goiânia. Goiânia, 1990.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS 1994. Bibliotecas Públicas. Disponível em: < <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm> >. Acesso em: 26 abr. 2014.

MARTINS, Wilson. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 2001.

MELLO, Natasha Pacheco. Acessibilidade físicas das bibliotecas da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012. 101 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Goiânia, 2012.

MELLO, Orlinda Carrijo. **A invenção da cidade: leitura e leitores**. Goiânia: UFG, 2007.

MONTEIRO, Ofelia Socrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

PAULA, Sônia Nascimento de; CARVALHO; José Oscar Fontanini. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para os cursos de graduação da área de Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v.38, n.3, p. 64-79, set/dez. 2009.

PINHO, Antônio Carlos; MACHADO, Ana Lúcia. **História das bibliotecas: origens**. 7 nov. 2003. Disponível em: <http://www.mundocultural.com.br/artigos/Colunista.asp?artigo=635>. Acesso em: 25 maio 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Nova Hamburgo: Feevale, 2013.

PUPPO, Deise Talarico; MELLO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Orgs). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.6, n.1, p.50-61, 2010.

SANTOS, Josiel Machado. O processo histórico evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. *Vida de ensino*, Minas Gerais, v.1, n.1 p. 1- 10, ago/fev. 2009/2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em:<<http://www.apabb.org.br/admin/files/Artigos/Inclusao%20-%20Acessibilidade%20no%20lazer,%20trabalho%20e%20educacao.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). **Tipos de bibliotecas**. Disponível em:<<http://snbp.bn.br/tipos-de-bibliotecas/>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

SUAIDEN, José Emir. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 29, n.2 p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em:<<http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf/article/view/252/220>>. Acesso em 11 nov. 2013.

SUADEIN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**: desempenhos e perspectivas. São Paulo: Lisa/ INL, 1980.

RIBEIRO, Alexsander Borges. Bibliotecas públicas: um novo olhar. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande do Sul, v. 27, n. 1, p. 55-69. Jan/jun.2013. Disponível em:<<http://www.repositorio.furg.br:8080/xmlui/bitstream/handle/1/4107/Bibliotecas%20p%C3%BAblicas%20do%20Brasil%20um%20novo%20olhar.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

APÊNDICE

Roteiro para conhecer as condições de acessibilidade físicas dos prédios das bibliotecas públicas do município de Goiânia

1 A distância entre as estantes é de no mínimo 0,90m de largura?

() Sim

() Não

2 Nos corredores entre as estantes, a cada 15m, há espaço que permita a manobra da cadeira de rodas? Recomenda-se a rotação de 180° (área para manobra sem deslocamento).

() Sim

() Não

3 Existem corrimãos nas escadas e rampas nas bibliotecas?

() Sim

() Não

4 Há existência de rota acessível no percurso entre estacionamento e entradas principais?

() Sim

() Não

5 Há sinalização de entradas acessíveis?

() Sim

() Não

6 Há o símbolo internacional de acesso indicando a acessibilidade?

() Sim

() Não

7 Nas portas há um vão livre de o mínimo 0,80 m e altura de 2.10 m?

() Sim

() Não

8 A porta de entrada principal da biblioteca possui degrau?

() Sim

Não

9 Existem faixas guias táteis e pisos antiderrapantes?

Sim

Não

10 A biblioteca precisa de elevador de acesso?

Sim

Não

11 Há sinalização direcional visível dos espaços, tais como de circulação, sanitários e outros?

Sim

Não

12 Há sinalização tátil em Braille e em relevo na lateral interna nos corrimãos de escadas e rampas no começo destes?

Sim

Não

13 Existe sinalização de emergência transmitida para todos os setores da biblioteca, tanto de forma visual como auditiva?

Sim

Não

14 Há sanitários acessíveis nas bibliotecas?

Sim

Não